

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

O estabelecimento de áreas naturais protegidas é a principal estratégia para conservação *in situ* da biodiversidade. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 51** A reserva biológica (REBIO) representa, entre as categorias de unidade de conservação (UC), uma das mais restritivas às atividades antrópicas.
- 52** Áreas em altitude superior a 1.800 metros, com qualquer que seja a vegetação, são consideradas áreas de preservação permanente.
- 53** A zona de amortecimento constitui uma faixa de proteção pertencente à unidade de conservação, que contribui para a manutenção da estabilidade e do equilíbrio do ecossistema protegido.

População corresponde ao nível organizacional que integra organismos de mesma espécie. Ela possui organização e estrutura definidas, que podem ser descritas. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

- 54** A distribuição uniforme de indivíduos de uma população pode ocorrer onde a competição entre eles é severa.
- 55** A probabilidade de um organismo deixar descendentes independe da territorialidade.
- 56** Segundo o princípio de Allee, à medida que o número de indivíduos de uma população, ou à medida que a densidade populacional aumenta, a sobrevivência e a produção também aumentam.

A ecologia da paisagem, que considera o homem como parte constituinte dos ecossistemas que formam a biosfera, possui o mérito de colaborar com a integração das ciências naturais e sociais. No que se refere a essa temática, julgue os itens subsequentes.

- 57** A matriz da paisagem atua regulando efeitos de borda de fragmentos do habitat.
- 58** A ecologia da paisagem estabelece e analisa unicamente as relações horizontais da biota com seu ambiente.
- 59** O reconhecimento da homogeneidade ou da heterogeneidade de um objeto na paisagem independe da escala, em seus diversos níveis.

Bioma é um conjunto de tipos de vegetação que abrange grandes áreas contínuas, em escala regional, com flora e fauna similares, definida pelas condições físicas predominantes nas regiões. Em relação a biomas e fitofisionomias brasileiros, julgue os itens seguintes.

- 60** No cerrado, tanto o estrato lenhoso, constituído por árvores e arbustos, quanto o estrato herbáceo, formado por ervas e subarbustos, são heliófilos.
- 61** Na mata atlântica, a distribuição azonal (variação climática latitudinal) e em altitudes variáveis desfavorece a diversificação das espécies.
- 62** A ciclagem de nutrientes em florestas amazônicas envolve um conjunto complexo de mecanismos de realimentação direta e indireta entre o solo e a vegetação.

A Amazônia compreende um dos maiores e mais diversificados biomas do planeta, contendo rica biodiversidade de fauna e flora, com alto grau de endemismo. No que se refere ao desenvolvimento econômico do país e à conservação da biodiversidade amazônica, julgue os próximos itens.

- 63** Na Amazônia, a extração de produtos, em sua forma bruta, propicia o desenvolvimento econômico e social, e estimula, ao mesmo tempo, a conservação e o manejo da diversidade biológica.
- 64** As primeiras atividades econômicas desenvolvidas na região amazônica tiveram impacto ambiental tão depredador quanto a construção da rodovia Transamazônica.

Acerca da Política Nacional da Biodiversidade (PNB), instituída pelo Decreto n.º 4.339/2002, e da Convenção sobre Diversidade Biológica, instituída pelo Decreto n.º 2.519/1998, julgue os itens a seguir.

- 65** A PNB tem uma base principiológica utilitarista-antropocêntrica, à medida que reconhece a necessidade de proteção jurídica da biodiversidade em razão das funções ecológicas das espécies e de seu potencial econômico.
- 66** O desenvolvimento, a promoção e a manutenção dos bancos de germoplasma correspondem a objetivos específicos da diretriz da PNB voltada à conservação *ex situ* de espécies biológicas, sendo uma alternativa para diminuir a perda contínua de recursos genéticos em razão de pressões de seleções naturais ou artificiais.
- 67** Em sentido econômico, os recursos genéticos da natureza são considerados patrimônio da humanidade, não pertencentes aos Estados soberanos.

Em 2019, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) deu ganho de causa ao povo Ashaninka no julgamento de um ato de infração da empresa Tawaya, por usar indevidamente o conhecimento tradicional dos indígenas na fabricação do sabonete de murumuru e não repartir os benefícios com as comunidades.

Os Ashaninka usam o murumuru como hidratante e remédio, e a empresa, cujo fundador teve acesso aos conhecimentos do povo indígena, beneficiou-se das informações para desenvolver o sabonete, sem contrapartida justa e equitativa à comunidade.

Internet: <<https://www.gov.br>> (com adaptações).

Considerando o tema tratado no texto precedente e a Lei n.º 13.123/2015, julgue os itens seguintes.

- 68** O acesso, o uso e a exploração lícita dos conhecimentos dos Ashaninka sobre o uso do murumuru dependem da comprovação do consentimento prévio informado, por tratar-se de conhecimento tradicional associado de origem identificável, diferentemente do acesso a conhecimento tradicional de origem não identificável, que independe de consentimento prévio informado.
- 69** Nos termos da legislação vigente, uma proteína oriunda do metabolismo de microrganismo isolado a partir de substratos do mar territorial e cultivado em estufa não integra o patrimônio genético nacional.
- 70** O CGen é um órgão colegiado de caráter deliberativo, normativo, consultivo e recursal, formado por representação de órgãos e entidades da administração pública federal, bem como da sociedade civil, assegurada a participação de populações indígenas e comunidades tradicionais.

Com base no que dispõe a Lei n.º 5.197/1967, julgue os itens subsequentes, a respeito de atividades de caça.

- 71** A caça profissional é vedada no ordenamento jurídico brasileiro vigente e sua prática é definida como crime.
- 72** A licença para caçar com armas de fogo, expedida por órgão competente, afasta a necessidade de emissão do porte de arma pela Polícia Civil. No entanto, a lei proíbe o uso de armas à bala para atividade de caça a menos de três quilômetros de qualquer via térrea ou rodovia pública, assim como o uso de armas de calibre 22 para caça de animais de porte superior ao tapiti.
- 73** A Lei n.º 5.197/1967 protege os animais de quaisquer espécies da fauna silvestre que sejam propriedades do Estado, ou seja, somente os que vivem em terras de domínio público, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais.

Considerando o disposto na legislação nacional vigente para a proteção florestal, julgue os itens que se seguem.

- 74** A exploração de florestas nativas para fins madeireiros, ainda que de domínio privado, depende de licenciamento pelo órgão competente do SISNAMA, mediante aprovação prévia de Plano de Manejo Florestal Sustentável que contemple técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme.
- 75** São vedados pelo ordenamento jurídico brasileiro o manejo e a supressão de florestas e formações sucessoras em imóveis rurais em uma faixa de dez quilômetros no entorno de terra indígena demarcada.
- 76** A supressão de florestas e formações sucessoras para substituição por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, é isenta de Plano de Manejo Florestal Sustentável.
- 77** O Serviço Florestal Brasileiro é o órgão autônomo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente responsável pela gestão das florestas públicas e privadas, naturais ou plantadas, sob o domínio da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta, com vistas à produção sustentável.
- 78** O Cadastro Ambiental Rural é instrumento obrigatório para todos os imóveis rurais, por meio do qual proprietários e possuidores comprovam a propriedade ou a posse e identificam o imóvel, informando as coordenadas geográficas com, pelo menos, um ponto de amarração do perímetro do imóvel, a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das áreas de preservação permanente, das áreas de uso restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da reserva legal.

Acerca de manejo florestal sustentável e recuperação de áreas degradadas, julgue os itens a seguir.

- 79** A regeneração natural vegetativa depende do banco de sementes no solo na hora do distúrbio, das sementes que entram após o distúrbio e da brotação de tronco e raízes.
- 80** O plano de manejo florestal contém diretrizes e procedimentos para exploração racional da floresta, a fim de respeitar os limites de sustentabilidade do ecossistema.
- 81** O valor econômico do recurso ambiental de uso direto deriva-se de funções ecossistêmicas, como a proteção do solo e a estabilidade climática consequente da preservação das florestas.
- 82** A recuperação de área degradada consiste no retorno do ecossistema ao mais próximo possível de sua condição original.
- 83** É difícil a colonização de espécies florestais pioneiras em solos degradados, onde se desenvolvem outros tipos de vegetação, interrompendo o processo sucessório.

Em relação a aquecimento global e sequestro de carbono e com base na legislação de concessão florestal, julgue os itens que se seguem.

- 84** O reflorestamento tem grande potencial de sequestro de carbono no solo e diminuição do fluxo de gases de efeito estufa para a atmosfera.
- 85** A matéria orgânica é um dos maiores compartimentos terrestres de carbono, funcionando como sumidouro quando áreas nativas são convertidas em áreas de cultivo com revolvimento frequente do solo.
- 86** O processo de pirólise de biomassa e aplicação de biocarvão produzido no solo cria grande estoque de carbono estável no solo de longo prazo devido às características recalcitrantes do material.
- 87** O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que tem caráter contábil e é gerido pelo órgão gestor federal, tem como objetivo promover o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e a inovação tecnológica no setor.
- 88** O objetivo das concessões florestais é a utilização de produtos e serviços florestais especificados em contrato, realizados em unidades de manejo florestal privado, com limites geograficamente referenciados e incluídos nos lotes de concessão florestal.
- 89** Para cada unidade de gestão licitada, deve ser celebrado contrato de concessão exclusivo com concessionário que se responsabilize por todas as obrigações nele previstas, ressalvados os danos causados ao poder concedente, ao meio ambiente ou a terceiros.

Com relação a desmatamento, corte seletivo e monitoramento ambiental, julgue os itens subsequentes.

- 90** O desmatamento e a queimada na floresta amazônica alteram o ciclo hidrológico e reduzem a evapotranspiração florestal, reduzindo também a precipitação na região da floresta amazônica e aumentando os riscos de tempestades extremas nas regiões Sul e Sudeste.
- 91** Ao tomar conhecimento do desmatamento ilegal para uso agropecuário, o órgão ambiental competente deve embargar a atividade que deu causa ao uso alternativo do solo, restringindo a atividade em todo o imóvel rural.
- 92** O monitoramento por satélite da extração seletiva de madeira na Amazônia Legal produz dados relativos a taxas anuais de desmatamento na região desde o final da década de 1980, os quais são utilizados pelo governo brasileiro para moldar políticas públicas.
- 93** A rápida identificação de alteração da cobertura florestal amazônica é realizada predominantemente por imagens de satélites, utilizando o modelo linear de mistura espectral, cuja imagem multiespectral colorida permite mapear desmatamento, degradação e exploração de madeira.

No que se refere ao manejo integrado do fogo em florestas tropicais úmidas, julgue o próximo item.

- 94** Nos regimes de fogo em regiões úmidas e produtivas, como na floresta amazônica, a atividade de incêndios deve ser determinada pelas condições climáticas, e não pelo material combustível disponível para queima.

Acerca de infrações e sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, julgue os itens que se seguem.

- 95** A responsabilização direta de pessoas jurídicas, seja de natureza administrativa, penal ou cível, exclui a responsabilidade de pessoas físicas que sejam partícipes no mesmo fato considerado lesivo ao meio ambiente.
- 96** De acordo com a legislação de regência, a pena de prestação de serviços à comunidade substitui a pena privativa de liberdade quando se tratar de crime culposo.
- 97** As penas de interdição temporária de direito baseiam-se na autodisciplina e no senso de responsabilidade do condenado, que poderá, por exemplo, frequentar curso sem vigilância, permanecendo recolhido em sua residência nos dias e horários de folga.
- 98** A advertência é uma sanção que pode ser aplicada quando da constatação de infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, consideradas como tais aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R\$ 5.000, sendo vedada a aplicação de nova sanção de mesma natureza no período de cinco anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.
- 99** A suspensão condicional da pena pode ser aplicada em casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos quanto a condutas criminosas e atividades lesivas ao meio ambiente previstas na Lei n.º 9.605/1998.

Com relação às ações administrativas relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição e à preservação das florestas, da fauna e da flora, julgue os itens a seguir.

- 100** Para fins de cooperação institucional, os entes federativos podem se valer de convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do poder público, desde que esses instrumentos sejam firmados com prazo determinado.
- 101** Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento, sob pena de, decorridos os prazos sem a emissão de licença ambiental, implicar sua emissão tácita.
- 102** Os licenciamentos ambientais são concedidos por um único ente federativo. Porém, os demais, caso interessados, podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença, de maneira não vinculante, desde que respeitados os prazos e procedimentos do referido ato administrativo.

Com pertinência à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, julgue o próximo item.

- 103** Um dos objetivos específicos da referida política é garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso a serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características socioculturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional.

No que se refere ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), julgue os itens subsequentes.

- 104** De acordo com a legislação de regência, a proteção integral consiste no conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam à proteção em longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.
- 105** No caso das unidades de conservação de uso sustentável, os limites da UC em relação ao subsolo podem ser estabelecidos no ato de sua criação ou no plano de manejo.
- 106** A floresta nacional constitui o grupo das unidades de uso sustentável que compõe o SNUC e é caracterizada como área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, que tem como objetivo básico o uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

Acerca da Política Nacional de Educação Ambiental, julgue os itens seguintes.

- 107** No âmbito do ensino formal, a educação ambiental deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino nos diversos níveis de formação.
- 108** Os meios de comunicação de massa têm a incumbência de colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação, sendo esta uma parte de um processo educativo amplo.

O programa de apoio à conservação ambiental Bolsa Verde foi lançado pelo governo brasileiro em 2011 com o objetivo de incentivar a conservação de ecossistemas e promover a cidadania. Quanto a esse programa, julgue os itens a seguir.

- 109** Ao comitê gestor cabe coordenar, executar e operacionalizar o Programa Bolsa Verde, observadas as indicações do Ministério do Meio Ambiente, órgão responsável pela transferência direta de recursos financeiros.
- 110** As famílias beneficiadas pelo referido programa poderão desenvolver projetos de assentamento florestal, desenvolvimento sustentável ou assentamento agroextrativista instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em florestas nacionais, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federais, áreas de relevante interesse ecológico, reservas da biosfera, estações ecológicas ou refúgios da vida silvestre.
- 111** Os objetivos do programa incluem a promoção da cidadania, a melhoria das condições de vida, a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação de recursos naturais e o incentivo à conservação dos ecossistemas.
- 112** Compete ao comitê gestor do Programa Bolsa Verde, entre outras atribuições, a indicação de áreas prioritárias para a sua implementação, bem como o estabelecimento de critérios e procedimentos que devem ser utilizados para a seleção e inclusão de famílias beneficiárias.

No que se refere ao Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), julgue os seguintes itens.

- 113** Os princípios do PNAP incluem o respeito à diversidade da vida e ao processo evolutivo, a soberania nacional sobre as áreas protegidas, a valorização dos aspectos éticos, étnicos, estéticos, culturais e simbólicos da conservação da natureza, bem como a defesa dos interesses nacionais, a valorização do patrimônio natural e a livre circulação de produtos culturais e peças manufaturadas pelos povos tradicionais autóctones no âmbito do MERCOSUL.
- 114** Assegurar os direitos territoriais de comunidades quilombolas e povos indígenas como instrumento para a conservação da biodiversidade e fortalecer os instrumentos existentes de participação e controle social são algumas das diretrizes do PNAP.
- 115** As estratégias do PNAP incluem a atualização das áreas prioritárias para a biodiversidade nos diversos biomas, por meio de abordagem regional, bem como a avaliação da representatividade dos principais ecossistemas brasileiros.

Com pertinência à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), ao Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

- 116** São linhas de atuação da PNEA na educação escolar a capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações, a produção e divulgação de material educativo e o acompanhamento e a avaliação das atividades desenvolvidas. Porém, as atividades inter-relacionadas realizadas no âmbito da educação geral dispensam o acompanhamento e a avaliação, em razão de seu caráter informal.
- 117** A educação ambiental tem como objetivos fundamentais, entre outros, a garantia de democratização das informações ambientais e o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, religiosos, legais, políticos, sociais, macroeconômicos, científicos, culturais, cívicos e éticos, que buscam manter a ordem, o respeito às leis e às instituições do Estado e as condições necessárias ao pleno desenvolvimento industrial.
- 118** Os programas de educação ambiental devem ser integrados a todos os níveis e modalidades de ensino, às políticas públicas, econômicas, sociais, culturais, de ciência e tecnologia, de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde, bem como às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental.
- 119** A erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação são objetivos da República Federativa do Brasil, que, em suas relações internacionais, pauta-se pelos princípios da prevalência dos direitos humanos, da defesa da paz, da solução pacífica dos conflitos, da não intervenção do Estado na ordem econômica global e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

- 120** Constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, de animais silvestres, de minerais preciosos, de madeiras nobres e de material genético, o terrorismo e o bioterrorismo, os crimes hediondos, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático, a prática do racismo, do especismo e do ecocídio.

Espaço livre